



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/ES

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 34850585/2024-CPL/SELOG/SR/PF/ES

Processo nº 08285.006050/2024-49

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI N. 14.133/2021).DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI N. 14.133/2021).**

1.1. Aquisição de café, açúcar e copos descartáveis com a finalidade de suprir a demanda da Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES e unidades vinculas.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	<p><b>Café</b> torrado e moído, tipo único.</p> <p><u>Categoria</u> superior, constituído de grãos tipo 6 (COB), com no máximo 10% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e ou ardidos (PVA) e ausente grãos preto-verdes e fermentados,</p> <p><u>Gosto</u> predominante de café arábica, admitindo-se café robusta (conilon), com classificação de bebida que deverá estar entre mole a rio, isento de gosto rio zona.</p> <p>Características sensoriais recomendáveis e nota de qualidade global da bebida: cafés com categoria de qualidade superior devem apresentar aroma e sabor agradáveis característicos do produto, podendo ser suave ou intenso e obter em análise sensorial da</p>					

1	<p>bebida, nota de qualidade global acima de 6,0 pontos, realizada por equipe selecionada e treinada em laboratórios credenciados, fazendo uso de escala de 0 a 10 para qualidade global.</p> <p><u>Embalagens</u> contendo <u>500g cada</u>, alto vácuo ou vácuo puro (com embalagem de dupla proteção e proteção externa).</p> <p>A marca deve possuir certificado do PQC-Programa de Qualidade do Café, da ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado e habilitado pela REBLAS/ANVISA ou laboratório acreditado pelo INMETRO, comprovando tolerância de no máximo 1% de impureza, bem como a nota de qualidade global exigida.</p> <p><u>Validade</u> de 12 (doze) meses, a partir da entrega pelo fornecedor, com registro e data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem.</p> <p><u>Marcas de referência:</u> Melita, Santa Clara, Três Corações ou similar.</p>	463574	Pacote 500gramas	1540	R\$ 16,50	R\$ 25.410,00
2	<p><b>Açúcar</b></p> <p>Coloração: branca</p> <p>Tipo: cristal</p> <p>Pacote: 5kg</p>	603269	Pacote com 5 quilogramas	200	R\$ 18,00	R\$ 3.600,00
3	<p>Copo descartável de polipropileno, capacidade 200ml, aplicação m líquidos frios e quentes, atóxico, de acordo com a Norma ABNT, NBR 14865/2002, cor branca.</p>	419219	Pacote com 100 unidades	579	R\$ 4,48	R\$ 2.593,92

4	Copo descartável de polipropileno, capacidade 50ml, aplicação em líquidos frios e quentes, atóxico, de acordo com a Norma ABNT, NBR 14865/2002, cor branca.	377254	Pacote com 100 unidades	216	R\$ 2,40	R\$ 518,40
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 32.122,32</b>

1.2. Em relação ao item café (item 1) também deverá atender aos seguintes requisitos:

a) Características microscópicas e macroscópicas (avalia a pureza do produto, verifica a presença de impurezas e de substâncias estranhas adicionadas ao produto, como cascas, paus e fragmentos de insetos):

Características	Limites de Tolerância (máximos)	Fonte:
Impurezas(cascas e paus),em g/100g	1%	ABIC e Portaria SDA 570/2022 do MAPA.
Fragmentos de insetos indicativos de falhas das boas práticas (não indicativos de risco)	60 fragmentos em 25g de café	Item 3 do anexo I da RDC nº 623/2022 da ANVISA.

b) As características químicas deverão obedecer parâmetros de qualidade comuns de mercado para o café superior e conhecidos no mercado em geral utilizados em Resoluções Estaduais tais como a RESOLUÇÃO SAA Nº 30, DE 22-06-2007 do estado de São Paulo:

Item	Descrição /Especificação
Umidade, em g/100g	Máximo de 5%
Resíduo mineral fixo	Máximo de 5%
Resíduo mineral fixo, insolúvel em ácido clorídrico 10% v/ v	Máximo de 1,0%
Cafeína em g/100	Mínimo de 0,5%
Extrato aquoso	Mínimo 20%
Extrato etéreo	Mínimo de 8%

1.3. Em relação ao item açúcar (item 2), além das características acima, deverá cumprir os seguintes requisitos:

1.3.1. **Tipo:** pacote

1.3.2. **Unidade de medida:** 5 kg

1.3.3. **Material:** o material da embalagem com contato direto com o açúcar, deverá ser material adequado e observando a legislação específica vigente

1.3.4. **Rótulo:** informações que devem constar:

- a. Classificação: a palavra "Classe", seguida da denominação da classe correspondente; com a denominação do Tipo correspondente;
- b. A palavra "açúcar" seguida da marca comercial, se houver;
- c. Identificação do lote;
- d. Peso líquido;
- e. Nome empresarial; CNPJ ou CPF; o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto;
- f. Tabela de informação nutricional: deverá constar a tabela com as informações nutricionais, salvo se forem enquadradas em outras situações elencadas no Anexo I da IN nº 75, de 2020, da Anvisa, como nos casos de açúcares em embalagens com superfície visível para rotulagem menor ou igual a 100 cm<sup>2</sup>, por exemplo, sachê de açúcar.
- g. Prazo de validade: 12 meses contados a partir da data da entrega pelo fornecedor.

1.3.5. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referente aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

1.3.6. Poderá ser exigido laudo específico para comprovação das características do item 1.2.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.7. O custo total estimado é de **R\$ 32.122,32 (trinta e dois mil cento e vinte e dois reais e trinta e dois centavos)**., conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.8. Na hipótese de existirem divergências nas descrições dos itens constantes no Compras.gov (CATMAT) e/ou na nota de empenho, prevalecerão as descrições constantes neste Termo de Referência.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'B', DA LEI Nº 14.133/2021).**

2.1. A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2024, discriminado no 200352 90021/2023.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'C', E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021)**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, seguindo-se as seguintes características:

### **ITEM 1 - CAFÉ**

3.2. **Apresentação:** torrado e moído, tipo único

3.3. **Código CATMAT:** 463574.

- 3.4. **Embalagem:**
- 3.4.1. **Tipo:** Vácuo, conforme descrição do item e observando a legislação específica.
- 3.4.2. **Unidade de medida:** Pacote 500g
- 3.4.3. **Material:** o material da embalagem em contato direto com o café, deverá ser de material adequado e observando a legislação específica vigente.
- 3.5. **Rótulo:** deverá conter , no mínimo, as seguintes informações:
- 3.5.1. Grupo: torrado e moído;
- 3.5.2. Informação da espécie de café com a expressão "100% (nome da espécie)", ou a predominância da espécie com a expressão "predominantemente (nome da espécie)", conforme o caso, sendo permitida, adicionalmente, a informação da variedade do café;
- 3.5.3. Denominação de venda do produto, que será constituída da palavra "café", seguida da marca comercial, se houver;
- 3.5.4. Identificação do lote
- 3.5.5. Nome empresarial, CNPJ ou CPF;
- 3.5.6. Ponto de torra ou a classificação da torra;
- 3.5.7. Prazo de validade: 12 meses contados a partir da data da entrega pelo fornecedor.
- 3.5.8. Instruções de conservação, preparo e uso do alimento, quando necessário; e
- 3.5.9. Peso líquido;
- 3.5.10. Selo de pureza ABIC.
- 3.6. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referentes aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

## **ITEM 2 - AÇÚCAR**

- 3.7. **Tipo:** pacote
- 3.8. **Unidade de medida:** 5 kg
- 3.9. **Material:** o material da embalagem com contato direto com o açúcar, deverá ser material adequado e observando a legislação específica vigente
- 3.10. **Rótulo:** informações que devem constar:
- a. Classificação: a palavra "Classe", seguida da denominação da classe correspondente; com a denominação do Tipo correspondente;
- b. A palavra "açúcar" seguida da marca comercial, se houver;
- c. Identificação do lote;
- d. Peso líquido;
- e. Nome empresarial; CNPJ ou CPF; o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto;
- f. Tabela de informação nutricional: deverá constar a tabela com as informações nutricionais, salvo se forem enquadradas em outras situações elencadas no Anexo I da IN nº 75, de 2020, da Anvisa, como nos casos de açúcares em embalagens com superfície visível para rotulagem menor ou igual a 100 cm<sup>2</sup>, por exemplo, sachê de açúcar.
- g. Prazo de validade: 12 meses contados a partir da data da entrega pelo fornecedor.
- 3.11. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referente aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

### **ITENS 3 e 4 - COPOS DESCARTÁVEIS DE 200ML E 50ML**

3.12. Além das informações contidas na coluna "descrição" da 1ª tabela, os copos deverão apresentar as seguintes características:

- 3.12.1. Apresentar frisos laterais para maior aderência às mãos e evitar que escorreguem;
- 3.12.2. Bordas arredondadas bem acabadas;
- 3.12.3. Não apresentar nenhuma rebarba evitando-se assim o risco de cortes no momento do uso;
- 3.12.4. Ser isento de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos e deformações;

3.13. Quanto às embalagens, os copos deverão ser acondicionados em pacotes contendo 100 unidades;

3.14. Os copos deverão trazer gravado em relevo, com caracteres visíveis e de forma indelével, pelo menos o seguinte:

- 3.14.1. Marca e identificação do fabricante;
- 3.14.2. Capacidade do copo;
- 3.14.3. Abreviação do material utilizado na sua fabricação;
- 3.14.4. Símbolo de identificação do material de reciclagem, conforme ABNT NBR 13230;
- 3.14.5. Atender as Portarias vigentes do INMETRO.

#### **3.15. Cláusulas de Sustentabilidade**

3.15.1. Os critérios de sustentabilidade devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto quais sejam: produção, distribuição, uso e destinação final.

##### **3.15.1.1. Produção:**

- a. Os processos de plantio, colheita e processamento devem atender às exigências sociais, ambientais e econômicas em conformidade aos normativos que tratam do tema.
- b. As embalagens primária e secundária dos produtos devem ser recicláveis e/ou conter percentual de material reciclado em sua composição em observância aos normativos que tratam do tema.

##### **3.15.1.2. Distribuição:**

- a. Devem ser observados os normativos que dispõem sobre as boas práticas para distribuição e comercialização do café torrado e moído e açúcar cristal.

##### **3.15.1.3. Uso**

- a. A forma de consumo do café torrado e moído e açúcar cristal deve evitar desperdício.

##### **3.15.1.4. Destinação final:**

- a. Deve ser realizado o descarte seletivo das embalagens a fim de favorecer a correta destinação no pós-consumo. A NBR 16182:2014 contém a simbologia de identificação dos materiais para o adequado descarte.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “D”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

#### **4.1.1. Sustentabilidade**

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) Até a presente data não há edição de Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) por parte do Órgão, sendo que por isso não há exigências específicas neste tópico.
- b) A presente aquisição de gêneros alimentícios não enquadra-se nas hipóteses dos beneficiários consumidores, conforme art. 2º, I do Decreto 11.802/2023 que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA instituído pela Lei 14.628/2023.
- c) Para os itens 1 e 2, quando solicitado pelo pregoeiro, a licitante, ainda que não seja a fabricante ou importadora, deverá comprovar que o produto atende às normas vigentes relativas a regularização dos alimentos e embalagens, notadamente as regras constantes na [Resolução da Diretoria Colegiada \(RDC\) nº 843/2024](#) e a [Instrução Normativa \(IN\) nº 281/2024](#), que entraram em vigor no dia 1º setembro de 2024, bem como a legislação correlata.
- d) Para os itens 1 e 2, quando solicitado pelo pregoeiro, a licitante, ainda que não seja a fabricante ou importadora, deverá comprovar que o produto atende os requisitos sanitários, notadamente as regras estabelecidas na [Resolução da Diretoria Colegiada \(RDC\) nº 716/2022](#) (café) e [Resolução da Diretoria Colegiada nº 273/2022](#) (açúcar), bem como a legislação correlata.

#### 4.1.2. **Indicação de marcas ou modelos (inciso I art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021)**

4.1.2.1. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas: Melita, Santa Clara, Três Corações ou similar de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

#### 4.1.3. **Da vedação de contratação de marca ou produto**

4.1.3.1. Em relação ao item 1 (café) não serão aceitas as marcas/lotos de café torrado impróprios para consumo divulgados pelos órgãos de controle e fiscalização, notadamente a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e o Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.

4.1.3.2. As referências podem ser encontradas na lista disponível como alerta de risco aos consumidores em produtos de origem vegetal no site do MAPA - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/alerta-de-risco-aos-consumidores-em-produtos-de-origem-vegetal-1>

#### 4.1.4. **Da exigência de amostra**

4.1.4.1. Não haverá exigência de amostra na presente contratação.

#### 4.1.5. **Documento de Classificação do Produto**

4.1.5.1. Será exigido o Documento de Classificação do Produto adquirido, em atendimento à Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, ao Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007 e a Portaria SDA/MAPA nº 570, de 9 de maio de 2022

#### 4.1.6. **Da exigência de carta de solidariedade**

4.1.6.1. Não será exigida carta de solidariedade

#### 4.1.7. **Subcontratação**

4.1.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 4.1.8. **Garantia da contratação**

4.1.8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, vez que o objeto da presente contratação, por sua simplicidade e modalidade de aquisição, não requer tal exigência.

### 5. **MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” E INCISO II, §1º DO ART. 40 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens pela contratada, em remessa única ou em quantitativo especificado pelo

Contratante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues na sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo, localizada na Avenida Delegado Federal Geraldo Guimarães, 01 - Bairro São Torquato - Vila Velha/ES CEP 29114-105.

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

5.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (*caput* do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (*caput* do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (§1º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (§2º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.4. O Contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.5. O Contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6. Somente o Contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (*caput* do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.1. A inadimplência do Contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e



comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (§1º do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (§2º do art. 44 da IN 5, de 2017).

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (§1º do art. 44 da IN 5, de 2017).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao Sicaf.

6.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “H”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

7.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

7.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

7.4. Para o item 1 (café) será exigido o Documento de Classificação do Produto adquirido, em atendimento à Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, ao Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007 e a Portaria SDA/MAPA nº 570, de 9 de maio de 2022.

7.4.1. A habilitação técnica complementar das Cooperativas estará discriminada no Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica.

## **8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

8.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

*Gestão/Unidade:* 200352;

*Fonte de Recursos:* 100000000 (Recursos Livres da União);

*Programa de Trabalho:* ---

*Elemento de Despesa:* 339030;

*Plano Interno:* PF99900AG24;

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **9. ANEXOS**

9.1. Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

### **EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

**ROBSON CYPRESTE CARNEIRO**

Agente Administrativo  
NUMAT/SELOG/SR/PF/ES

**THUANE BROEDEL ANDRADE**

Escrivã da Polícia Federal.

CPL/SELOG/SR/PF/ES

**CARLOS MANOEL GRATEX RIBEIRO**

Escrivão de Polícia Federal.

SELOG/SR/PF/ES



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO MAGNO CARVALHO XAVIER, Superintendente Regional**, em 23/11/2024, às 07:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS MANOEL GRATEX RIBEIRO, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 22/11/2024, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=38543753&crc=1C87931D](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38543753&crc=1C87931D).  
Código verificador: **38543753** e Código CRC: **1C87931D**.

Referência: Processo nº 08285.006050/2024-49

SEI nº 38543753